



UNIVERSIDADES, EXÍLIO E MILITÂNCIA FEMININA DURANTE A DITADURA CIVIL, MILITAR E EMPRESARIAL NO BRASIL (1964 - 1985)

Paulla Crystina Gomes FRANÇA¹;
Keides Batista VICENTE²;

1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se uma proposta de pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), oferecido pela Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária da cidade de Inhumas, Mestrado Acadêmico, e está vinculada a linha de pesquisa Trabalho, Estado e Políticas Educacionais.

Trata-se de um percurso inicial de pesquisa que pretende discutir o papel das universidades em momentos antidemocráticos, com foco no período da ditadura civil, militar e empresarial brasileira (1964–1985). Busca-se compreender a universidade durante o referido tempo histórico, suas contradições internas e a forma como se configurava o espaço ocupado por diferentes sujeitos. Pretende-se, igualmente, analisar o que a universidade permitiu e propiciou a mulheres que, em razão da perseguição política, foram levadas ao exílio.

Deste modo busca-se responder a seguinte problemática: Qual foi o papel das universidades durante a ditadura civil, militar e empresarial brasileira (1964 -1985)? Que papéis essas instituições desempenharam na trajetória de mulheres exiladas, em especial no processo de sobrevivência, militância e reconstrução de suas vidas pessoais e profissionais?

Assim em um primeiro momento será realizada uma investigação sobre o papel das universidades durante a ditadura civil, militar, empresarial no Brasil, 1964-1985; na sequência

¹Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Cidade de Goiás, (2013) Bacharel em Direito pela UniMais, campus Inhumas, Goiás, (2022), Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária da cidade de Inhumas, estado de Goiás, na modalidade Mestrado Acadêmico, na linha de pesquisa Trabalho, Estado e Políticas Educacionais Bolsista Capes. Pesquisa sobre Violação à Direitos Humanos e Gênero. Endereço eletrônico paullafrancaadvocacia@gmail.com.

²Possui graduação em História - Licenciatura e Bacharelado, pela Universidade Federal de Goiás - Campus Avançado de Catalão - GO (2001), Graduação em Pedagogia, IFG - Campus Urutai (2002), Mestrado em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (2006). Doutorado e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2019, 2024). Atualmente é professora pesquisadora no curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Goiás, Campus Metropolitano, Unidade Universitária de Inhumas. Na referida instituição atua também no Programa de Pós-graduação em Educação. Tem experiência na área de História e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: História de Goiás, ensino de História, História da Educação, Formação de Professores, Estágio Supervisionado, Universidade, Ditadura Militar no Brasil e América Latina, ressentimentos, memória e gênero. Endereço eletrônico keides.vicente@ueg.br





serão analisadas as experiências das mulheres brasileiras que foram exiladas em países da América Latina e Europa, compreendendo como elas se relacionam com a universidade durante o percurso formativo intelectual e político.

E partir daí, identificar quem eram essas mulheres, suas trajetórias políticas, acadêmicas e pessoais, e de que maneira a perspectiva de gênero atravessa suas experiências; por fim, a pesquisa buscará contribuir para a elaboração da memória histórica sobre a ditadura civil, militar, empresarial brasileira, ressaltando o papel das mulheres e das universidades.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa terá abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. As fontes principais são as obras *Brasil: 1964/19?? Memórias do Exílio — Um de Muitos Caminhos e Memórias das Mulheres no Exílio*. A primeira, uma coletânea de relatos coordenada por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos, com o patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré, publicada em sua primeira edição em 1976. A segunda, também coletiva, foi dirigida e editada por Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Morzola e Valentina da Rocha Lima, com os mesmos patrocinadores, e publicada em 1980.

Ambas as obras reúnem depoimentos de vítimas da ditadura civil-militar-empresarial, colhidos no exílio. A primeira apresenta relatos de homens e mulheres que sofreram a repressão; a segunda se dedica exclusivamente às narrativas femininas. Trata-se, em ambos os casos, de um esforço de elaboração e construção de memórias, no segundo, acrescido da perspectiva de gênero.

Os testemunhos contidos nessas obras permitem refletir não apenas sobre os mecanismos da repressão e da contra repressão no Brasil, mas também sobre as trajetórias pessoais e profissionais das vítimas. Entre essas trajetórias, algumas se entrelaçam e se constroem a partir da universidade, espaço de contradições e resistências que constitui o objeto central deste estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A historiografia sobre a ditadura civil, militar e empresarial brasileira (1964–1985) tem avançado no sentido de incluir novos sujeitos e novas perspectivas, deslocando o olhar de narrativas exclusivamente centradas nos agentes masculinos e institucionais.

Nesse movimento, a incorporação das mulheres como objeto da História e a valorização da categoria de gênero como instrumento analítico tornam-se fundamentais para compreender





como se produziram resistências, deslocamentos e reconstruções identitárias em meio à repressão.

As mulheres como objeto da História ganharam força a partir da segunda metade do século XX, em diálogo com a renovação da historiografia e com as lutas feministas. No Brasil, esse movimento ocorreu em paralelo ao esforço de compreender os impactos da ditadura civil-militar-empresarial (1964–1985) sobre sujeitos diversos.

Pesquisadores como Rodrigo Patto Sá Motta (2014), José Willington Germano (1993), Caroline Silveira Bauer (2017) e Carlos Artur Gallo (2018) nos permitem aprender o que foi a universidade durante a repressão.

Para além disso, pensar a experiência de mulheres exiladas amplia o escopo da análise, uma vez que suas trajetórias revelam não apenas o exílio político, mas também o deslocamento de gênero em instituições historicamente masculinas.

A esse respeito, a perspectiva teórica de Judith Butler (2013/2024), ao discutir a construção social do gênero, e de Jacques Derrida (2000), ao propor a desconstrução de categorias fixas, contribui para problematizar como narrativas de resistência e sobrevivência se constroem a partir da perspectiva de gênero.

Ao longo das últimas décadas, os conceitos de gênero e patriarcado têm sido amplamente discutidos e empregados como categorias de análise por diferentes pesquisadores. Nesse sentido, Joan Scott (1995) aponta que, em seu sentido gramatical, o termo gênero se refere a uma forma de classificar fenômenos, funcionando como um sistema socialmente construído de distinções, e não como a descrição objetiva de traços inerentes.

A autora ressalta, entretanto, que a noção de gênero adquiriu novas dimensões quando passou a ser apropriada pelo feminismo norte-americano, especialmente a partir dos anos 1970. Nessa perspectiva, o conceito foi mobilizado para evidenciar o caráter social das diferenças historicamente atribuídas ao sexo, afastando, assim, as interpretações pautadas no determinismo biológico.

Dessa maneira, gênero tornou-se uma ferramenta analítica para compreender como as desigualdades entre homens e mulheres são construídas, reproduzidas e legitimadas em diferentes contextos históricos.

No Brasil, conforme destaca Saffioti (2004), o conceito de gênero ganhou maior visibilidade a partir da década de 1990, consolidando-se como chave interpretativa nos estudos acadêmicos e nos debates feministas. A autora articula gênero ao conceito de patriarcado, compreendido como um sistema de dominação que estrutura hierarquias e naturaliza relações desiguais de poder entre homens e mulheres.





Assim, gênero e patriarcado, quando utilizados conjuntamente, permitem desvelar os mecanismos sociais, culturais e econômicos que sustentam a desigualdade, ampliando a análise para além da mera diferenciação biológica entre os sexos.

Por fim, a valorização da memória e do testemunho como fontes históricas é central para compreensão da experiência de mulheres em contextos de repressão. Como mostra Carlos Artur Gallo (2018), a produção memorialística sobre a ditadura civil, militar e empresarial brasileira não apenas enfatiza trajetórias individuais, mas também problematiza os silêncios e apagamentos produzidos pelo regime e, muitas vezes, perpetuados pela historiografia tradicional.

Ao analisar as memórias de vítimas de regimes autoritários, Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013) destaca que, para além dos silêncios, das diferenças no relatar, da inverossimilhança, da imaginação e das limitações próprias da linguagem, é fundamental a conquista e a devolução da palavra às vítimas das ditaduras militares.

Para a autora, a memória testemunhal se configura como uma possibilidade de elaboração das múltiplas violações sofridas, ao mesmo tempo em que inscreve no relato historiográfico vozes distintas que, ao longo do tempo, foram silenciadas. Nesse sentido, o testemunho apresenta-se como meio de ultrapassar a barreira dos registros oficiais e escritos, permitindo o acesso a experiências plurais, subjetivas e até então invisibilizadas.

Ao mesmo tempo, o testemunho não se encontra isento das marcas de gênero. Rovai (2013) ressalta que esse espaço narrativo abre a possibilidade de inserção das mulheres na chamada “grande história”, rompendo com as hierarquias que tradicionalmente relegaram o feminino ao campo da subjetividade e o masculino ao espaço público.

Trata-se, portanto, de um movimento que contribui para a democratização da memória e para o questionamento da dicotomia binária entre os mundos “dos homens” (público) e “das mulheres” (privado), promovendo novas formas de compreender a historicidade das experiências.

Nesse sentido, as obras *Memórias do Exílio* e *Memórias das Mulheres no Exílio* revelam o entrecruzamento entre o político e o pessoal, evidenciando como o gênero atravessa a experiência do exílio, da universidade e da militância.

Assim, ao mobilizar testemunhos, a pesquisa não apenas ilumina a vivência de mulheres exiladas, mas também afirma a importância da memória como prática política e epistemológica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS





As universidades, enquanto instituições de formação humana sempre ocuparam lugar central nos processos de disputa política e social, assim sendo, pensar esta instituição durante períodos de repressão tais como o da ditadura civil, militar e empresarial brasileira (1964-1985) é de suma importância para compreensão da repressão e do contra repressão no cenário brasileiro.

Nesse sentido, as posições institucionais assumidas por essa instituição implicam diretamente no delinear da história, ou propiciando e fomentando a repressão ou em contrapartida permitindo a luta e sendo espaço de resistência, de sobrevivência e de criticidade.

Além disso, pensar a universidade nesse contexto é também compreender como a repressão e a universidade impactaram vidas, carreiras e trajetórias, entender o que é instituição, quais as contradições desse espaço e das pessoas que chegam e ocupam esse lugar é também compreender sobre a repressão brasileira neste espaço.

Estudar períodos autoritários é ainda efetivar o direito fundamental à memória, é lembrar para nunca mais acontecer, é fortalecer a democracia e é também uma forma de embate com o forjado esquecimento e com direitos violados.

Importa ainda mencionar que essa pesquisa será construída considerando a perspectiva de gênero, busca-se jogar luz sobre a mulher brasileira vítima da repressão realizada pelo Estado. Esse trabalho tem como um de seus objetivos a compreensão sobre relações mantidas por um grupo de mulheres que estavam na universidade durante a ditadura civil-militar-empresarial, e como o acesso à educação superior possibilitou a aproximação delas com uma dimensão social, cultural e educacional proposta pela instituição formadora.

A perspectiva de gênero se justifica porque durante séculos a historiografia tradicional esteve centrada na trajetória de homens, as mulheres, quando apareciam, eram representadas de maneira secundária, ligadas à esfera privada ou retratadas apenas como complementos das trajetórias de homens.

Foi sobretudo a partir da segunda metade do século XX, com o avanço dos movimentos feministas e das transformações sociais, que as mulheres passaram a ser reconhecidas como sujeitos históricos e gênero passou inclusive a ser uma categoria de análise.

Assim, a compreensão da experiência de mulheres exiladas permite evidenciar dimensões de gênero na luta política, frequentemente invisibilizadas nas narrativas oficiais. Nessa toada o estudo justifica-se por contribuir para a compreensão da memória histórica, da militância no exílio e do papel das universidades na construção de redes de sobrevivência, solidariedade e democracia.

5. AGRADECIMENTOS/ AGÊNCIA DE FOMENTO





À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio concedido por meio da bolsa de estudos, essencial para a realização desta pesquisa.

6. REFERÊNCIAS

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, Judith P. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (dir e coord.). **Memórias do exílio: brasil 1964-1977: DE MUITOS CAMINHOS**. Organização de Patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré. 1. ed. em português e 1. ed. mundial. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Livramento Ltda., nov. 1976.

COSTA, Albertina de Oliveira; MORAIS, Maria Teresa Porciuncula; MORZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha (Org.). **Memórias das mulheres no exílio**. Organização de Patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GALLO, Carlos Artur. **Um acerto de contas com o passado: crimes da ditadura, “leis de impunidade” e decisões das supremas cortes no Brasil e na Argentina**. Curitiba: Appris, 2018.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84)**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013. p. 108 - 132. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013108>. Acesso: em 20 de out 2025.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovan. **Gênero, patriarcado, violência** - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 - (Coleção Brasil Urgente).

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil De Análise Histórica**. Educação & Realidade, 20 (2): 71 - 99 jul/dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso: em 20 de out 2025.

